

PORTARIA Nº 110-EME, DE 3 DE ABRIL DE 2017.

Estabelece as condições de funcionamento do Curso Básico de Guerra Eletrônica para Oficiais.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 38, inciso I, do Regulamento da Lei do Ensino no Exército, aprovado pelo Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, em conformidade com o que prescreve o art. 5º, inciso IV, do Regulamento do Estado-Maior do Exército (R-173), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 514, de 29 de junho de 2010, ouvidos o Departamento-Geral do Pessoal (DGP), o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), o Comando de Operações Terrestres (COTER), o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e o Centro de Inteligência do Exército (CIE), resolve:

Art. 1º Estabelecer as seguintes condições de funcionamento do Curso Básico de Guerra Eletrônica para Oficiais:

I - integre a Linha de Ensino Militar Bélico, o grau superior e a modalidade de especialização;

II - funcione no Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE);

III - tenha a duração máxima de 24 (vinte e quatro) semanas, divididas em 2 (duas) fases:

a) 1ª fase: com duração máxima de 8 (oito) semanas, em atividades de educação a distância (EAD), na organização militar em que serve o aluno; e

b) 2ª fase: realizada por militares aptos na 1ª fase, com duração máxima de 16 (dezesesseis) semanas em atividades presenciais no CIGE;

IV - tenha a periodicidade de 1 (um) curso por ano;

V - possibilite a matrícula de, no máximo, 20 (vinte) alunos, não incluídos os militares de outras Forças Armadas, Forças Auxiliares e de nações amigas;

VI - tenha como universo de seleção os capitães não aperfeiçoados e os tenentes de carreira da Arma de Comunicações e os tenentes e capitães do Quadro de Engenheiros Militares das especialidades de Comunicações, Computação e Eletrônica;

VII - tenha a seleção e o relacionamento dos militares designados para a matrícula a cargo do DGP, ouvidos o DCT e o CIE;

VIII - tenha o funcionamento a cargo do DCT; e

IX - tenha a orientação técnico-pedagógica a cargo do DECEX.

Art. 2º Somente poderão ser selecionados os candidatos que possam aplicar os conhecimentos adquiridos no curso, por um período mínimo de 2 (dois) anos, nas OM em que forem classificados.

Art. 3º Determinar que a presente Portaria entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

-